



XXIV SEMINARIO INTERNACIONAL DE INVESTIGACIÓN SOBRE LA FORMACIÓN DE PROFESORES DEL MERCOSUR/CONOSUR - “FORMACIÓN DE PROFESORES PARA UNA PRÁCTICA PEDAGÓGICA SOCIAL: PROYECCIONES EN LAS ESCUELAS, UNIVERSIDADES Y COMUNIDADES”
Universidad Católica del Maule – Talca, Chile
7 al 11 de noviembre de 2016

PIBID: POLÍTICA PÚBLICA DE QUALIFICAÇÃO NA EDUCAÇÃO BRASILEIRA

Cássia Hack – UNIFAP/UFBA – Brasil

cassia.hack@gmail.com

Leni Hack – UNEMAT – Brasil

hackleni@gmail.com

Celi Nelza Zülke Taffarel – UFBA – Brasil

taffarel@ufba.br

Resumo

O Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência – PIBID foi criado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES, tendo como um de seus objetivos qualificar o processo de formação docente, a partir do incentivo e valorização do magistério. Em 2009 iniciaram suas atividades em 43 instituições federais de ensino superior, nos diversos cursos de licenciaturas. Em 2014, alcançou 90.254 bolsistas, distribuídos em 855 campi de 284 instituições de ensino superior, sendo que em 29 delas há também programas para as áreas da educação escolar indígena e do campo. A partir do segundo semestre de 2014, sofreu cortes nos repasses financeiros previstos originalmente no orçamento do Programa, bem como o estrangulamento das condições para a consecução do mesmo. Com a publicação da Portaria 046/2016 que normatiza o PIBID, houve supressão de áreas do conhecimento e, antes de sua implementação, aconteceram mobilizações no âmbito nacional e a mesma foi revogada. Nesse sentido, nosso objetivo consiste em analisar o contexto político que afeta o caráter universal do Programa, não só nas questões relacionadas ao desenvolvimento do mesmo e retração do investimento público no PIBID, bem como discutir os reflexos da adoção de políticas restritivas ao financiamento de programas de formação de professores e professoras.



APRESENTAÇÃO

Temos como objetivo discutir alguns elementos fundamentais que constituem o cenário de formação de professores e professoras no Brasil, principalmente no que diz respeito ao Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência – PIBID, enquanto uma estratégia de valorização do magistério implementada pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior – CAPES, a partir de 2007, configurando-se com uma política pública bem articulada no sentido de promover a parceria entre a Universidade e as Escolas de Educação Básica, de acordo com estudos de Ambrosetti, Nascimento, Almeida, Calil e Passos (2013); Neitzel, Ferreira e Costa (2013); Fundação Carlos Chagas (2014) e outros.

Estes elementos se expressam no presente histórico através da correlação de forças que se trava para garantir a formação de qualidade no sentido da omnilateralidade, a necessária coincidência entre as premissas teóricas e programáticas, bem como o trabalho como elemento central.

Este texto esboça uma análise do contexto político que afeta o caráter universal da Educação, bem como outros direitos sociais e humanos, e em seus desdobramentos ataca o PIBID em seu desenvolvimento e financiamento justamente como reflexo da adoção de medidas políticas restritivas aos direitos socialmente conquistados e, portanto, aos programas de formação de professores/as; expressa uma síntese histórica do PIBID para compreensão desta política pública destacando assim a necessidade premente da não desvinculação das premissas teóricas das programáticas expressas pelo trabalho.

O CONTEXTO

A categoria denominada “professor/a” encontra-se no centro do trabalho educacional institucionalizado, envolvido direta e indiretamente nas relações educativas, estabelecidas no âmbito da educação formal. Discutir a formação de professores/as, então, perpassa o viés da constituição desse profissional em sua formação inicial, bem como as condições e estruturas existentes e possibilitadas para esse fim.

Inicialmente, é preciso situar a formação de professores/as no contexto atual de ataques às políticas públicas de saúde, educação e direitos humanos, principalmente.



O ano de 2016 é um ano de golpe político, midiático, empresarial, jurídico e parlamentar contra o povo brasileiro e sua parca democracia¹. No bojo deste golpe, direitos constitucionais, humanos, sociais, trabalhistas, previdenciários e outros mais, todos duramente conquistados, estão sendo vilipendiados e suprimidos por meio de medidas do poder executivo corroboradas pelo poder legislativo e amplamente divulgados pela mídia, se não agendados² por esta com o intuito de criar condições de abrandamento e aceitação da necessidade da implantação de tais decisões visto que não se gera informação crítica acerca dos “pacotes de maldade” e sim propaganda que embeleza uma versão de opressão, dominação, castração das reais possibilidades de dignidade no cenário já fragilizado desta democracia, e não é preciso analisar tão profundamente essas medidas para perceber que as mesmas são unicamente para expropriar as riquezas do país e os direitos do povo³.

O descaso e a desvalorização profissional, o não cumprimento do piso salarial por parte de alguns governos municipais e estaduais, fazem parte de um projeto societário classista; os baixos indicadores educacionais que refletem a insatisfação social com a escolarização, a falta de perspectivas da juventude que frequenta a escola e outros fatores, discutidos nos estudos de Ambrosetti *et al* (2013), apontam questões necessárias para o enfrentamento de situações complexas vivenciadas pela sociedade contemporânea.

A partir dessa problemática social em meados da década de 2000, segundo Gatti, Barreto e André (2011), o Governo Federal constituiu-se como agente articulador de políticas públicas, exercendo iniciativas na elaboração de programas de apoio à formação de professores, como por exemplo, a publicação do Decreto nº 6.755/2009 que institui a Política Nacional de Formação de Profissionais do Magistério da Educação Básica. Tal

¹ A localização histórica do nascedouro do golpe é anterior ao ano de 2016 quando as condições objetivas foram sendo construídas para a implementação orquestrada do mesmo.

² Ver sobre a Teoria do Agendamento Midiático.

³ Seguem alguns Links de matérias para demonstrar com alguns dos dados que nos permitem afirmar que há um golpe no Brasil:

<http://cartamaior.com.br/?/Editoria/Politica/O-golpe-de-Estado-de-2016-no-Brasil/4/36139>

<http://www.jb.com.br/leonardo-boff/noticias/2016/09/05/golpe-de-1964-e-de-2016-o-mesmo-golpe-de-classe/>

<http://www.brasil247.com/pt/blog/paulomoreiraleite/239515/O-golpe-de-2016-%C3%A0-luz-da-hist%C3%B3ria.htm>

<https://blogdaboitempo.com.br/2016/10/13/10-perguntas-e-respostas-sobre-a-pec-241/>

http://www.ie.ufrj.br/images/pesquisa/publicacoes/teses/2006/a_politica_fiscal_e_a_falsa_crise_da_seguridade_social_brasileira_analise_financeira_do_periodo_1990_2005.pdf

<http://cut.org.br/acao/previdencia-seu-direito-esta-em-risco-b276/>

<https://fernandonogueiracosta.wordpress.com/>

https://www.linkedin.com/pulse/pec-241-esconde-um-grande-segredo-e-enorme-perigo-andr%C3%A9-forastieri?trk=eml-b2_content_ecosystem_digest-recommended_articles-68-null&midToken=AQEjSOvU6I-SWw&fromEmail=fromEmail&ut=1FTg1LxIO0uDs1

<http://www.cartacapital.com.br/politica/entenda-o-que-esta-em-jogo-com-a-pec-241>



decreto consolidava uma perspectiva de investimentos efetivados em anos anteriores, estabelecendo princípios básicos para orientação das propostas de formação de professores junto ao Ministério da Educação – MEC, bem como reconhecendo a formação docente enquanto compromisso público estatal.

De modo efetivo, tal iniciativa ampliou as atribuições da CAPES, cujo nascedouro vinculava-se especificamente para a formação na pós-graduação e apoio à pesquisa, abrangendo também o apoio à formação em cursos de graduação. Assim, com essa nova diretriz política, o PIBID efetiva-se como uma das principais políticas públicas na área de formação e qualificação de professores para a educação básica, conforme Decreto nº 7.219/2010. Ambos os decretos, 6.755/2009 e 7.219/2010 foram revogados em 2016 pelo Decreto nº 8.752/2016 que dispõe sobre a Política Nacional de Formação de Profissionais do Magistério da Educação Básica e, cujo teor corrobora os decretos que o antecederam.

SÍNTESE HISTÓRICA DO PIBID

Apontamos a seguir uma síntese do programa para contribuir na compreensão do PIBID enquanto uma política pública.

O PIBID iniciou suas atividades em 2007⁴ a partir da criação da Diretoria de Educação Básica Presencial – DEB pela CAPES, que tomou como baliza a relevância social da carreira do magistério da Educação Básica sendo o PIBID inserido “em uma matriz educacional que articula três vertentes: formação de qualidade; integração entre pós-graduação, formação de professores e escola básica; e produção de conhecimento” (DEB/CAPES, 2013, p. 2) na perspectiva de valorização do magistério. Em 2011 o PIBID era o segundo maior programa de bolsas da CAPES com tendência ao crescimento.

Quando do seu lançamento, o PIBID atendia prioritariamente as áreas de Física, Química, Biologia e Matemática para o Ensino Médio justificado pela CAPES dada a carência de professores nessas disciplinas e envolvendo apenas as instituições federais de ensino superior com 3.000 bolsistas. Como “os primeiros resultados foram positivos, as políticas de valorização do magistério e o crescimento da demanda, a partir de 2009, o

⁴ Portaria Normativa nº 38, de 12/2007, publicada no Diário Oficial da União de 13 de dezembro de 2007 institui o PIBID e a primeira seleção de IES se dá pelo Edital MEC/CAPES/FNDE nº 01/2007. Portaria nº 122, de 16 de setembro de 2009, publicada no Diário Oficial da União de 18 de setembro de 2009 dispõe sobre o PIBID no âmbito da CAPES.



programa passou atender toda a Educação Básica, incluindo educação de jovens e adultos, indígenas, campo e quilombolas” (DEB/CAPES, 2013) bem como IES da esfera estadual⁵. Em 2010, amplia-se para instituições municipais, comunitárias, confessionais e filantrópicas sem fins lucrativos⁶ bem como instituições que trabalham nos programas de formação de professores PROLIND e PROCAMPO⁷, em 2011 para instituições públicas em geral⁸ e em 2012 convida IES públicas e privadas sem fins lucrativos a participarem do PIBID⁹ cabendo a cada instituição escolher os níveis de ensino a serem contemplados em seus projetos institucionais, avaliando a realidade local/regional.

A Portaria nº 72, de 09 de abril de 2010, dá nova redação às normas do PIBID e revoga a Portaria nº 122, de 16 de setembro de 2009, e dispõe sobre o PIBID no âmbito da CAPES. Em seu Art. 1º registra que “tem por finalidade apoiar a iniciação à docência de estudantes de licenciatura plena das instituições de educação superior”, apresentando objetivos gerais acerca das licenciaturas e em seguida, define as prioridades de atendimento no que tange a generalidade das formações restringindo algumas áreas à uma justificativa de “necessidade social no local ou região” (item V da alínea c do parágrafo 2º do Art. 1º) o que aponta uma contradição.

O Decreto nº 7.219 de 24 de junho de 2010¹⁰ “dispõe sobre o Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência – PIBID e dá outras providências”, salientando em seu parágrafo único do Art. 6º a retomada para a CAPES sobre a definição das áreas do conhecimento e níveis de ensino que serão abrangidas pelo PIBID sendo assim necessário produzir um “mapa ideológico da instituição” (FREIRE e SHOR, 2011, p. 103) tendo em vista apurar de qual perspectiva educacional o programa estava vinculado e exalando diretrizes.

Até 2013, eram 195 Instituições de Educação Superior¹¹ que participavam do PIBID¹², sendo instituições das cinco regiões geográficas brasileiras: 17 no Centro Oeste,

⁵ Edital nº 02/2009, de 25 de setembro de 2009 amplia o PIBID à instituições públicas estaduais.

⁶ Portaria nº 72 de 09 de abril de 2010 e o Edital nº 18/2010 CAPES, publicado no Diário Oficial da União nº 69, Seção 3, p. 18 de 13 de abril de 2010.

⁷ Edital Conjunto CAPES/SECAD – PIBID Diversidade, de 22 de outubro de 2010

⁸ Edital nº1/2011 CAPES, de 03 de janeiro de 2011.

⁹ Edital nº 11/2012 CAPES, de 19 de maio de 2012.

¹⁰ Decreto nº 7.219 de 24 de junho de 2010. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7219.htm

¹¹ São 2 Centros de Ensino Superior; 1 Centro Federal; 16 Centros Universitários; 10 Faculdades; 33 Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia; 3 Institutos Superiores de Educação; 33



43 no Nordeste, 21 no Norte, 62 no Sudeste e 52 no Sul. Quanto às categorias administrativas temos as Públicas e Privadas sem fins lucrativos. No âmbito das instituições públicas são 13 municipais, 36 estaduais e 91 federais totalizando 140 IES e no âmbito das instituições privadas são 55 sendo destas 29 confessionais, estes dados referentes a 2012 informam também o desenvolvimento de 288 projetos em aproximadamente 4 mil escolas públicas de educação básica, o pagamento de 49.321 bolsas.

Em meados de julho de 2013 é instituída a Portaria nº 096/2013¹³ que alterou novamente as normas do PIBID, vigorando até o presente momento. Esta portaria revogou a portaria nº 260/2010 que cumpria tal função. No entanto, em abril de 2016 foi publicada uma nova portaria pelo MEC/CAPES, de nº 046/2016¹⁴ alterando a constituição, abrangência, normas e amplitude do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência – PIBID tendo sido a mesma rechaçada em movimento nacional, pelas IES e integrantes do Programa até a sua revogação pela CAPES¹⁵, em 15 de junho de 2016, sendo retomada a portaria nº 096/2013.

A arquitetura do Programa está pautada na concessão de bolsas categorizadas em cinco modalidades, sendo: 1. Iniciação à docência para acadêmicos/as dos cursos de licenciaturas; 2. Supervisão – para professores/as da educação básica que atuam nas escolas parceiras do programa; 3. Coordenação de Área – para docentes das universidades que coordenam os subprojetos na Instituição; 4. Coordenação de Área de Gestão – aos docentes das universidades que coordenam os subprojetos vinculados às diferentes áreas do conhecimento na Instituição e, 5. Coordenação Institucional – para docentes das universidades que coordenam o Programa em sua Instituição.

A trajetória histórica destas alterações no Programa permitiram uma expansão de forma exponencial no quantitativo de bolsas disponibilizadas pela CAPES, ultrapassando

Universidades Privadas; 4 Universidades Municipais; 35 Universidades Estaduais; e 57 Universidades Federais.

¹² Conforme documento intitulado “Instituições de Educação Superior participantes do Pibid” atualizado em 5 de outubro de 2012 disponibilizado em <http://www.capes.gov.br/educacao-basica/capespibid>.

¹³ Portaria 096/2013 disponível em

https://www.capes.gov.br/images/stories/download/legislacao/Portaria_096_18jul13_AprovaRegulamentoPIBID.pdf

¹⁴ Portaria 046/2016 disponível em <https://www.capes.gov.br/images/stories/download/legislacao/15042016-Portaria-46-Regulamento-PIBID-completa.pdf>

¹⁵ Portaria Disponível em <http://www.capes.gov.br/images/stories/download/legislacao/15062016-Revogacao-da-Portaria-n-46-2016.pdf>



90.000 bolsistas em 2014, atuando em todas as licenciaturas em 284 Instituições de Ensino Superior – IES de todo o território nacional, conforme as tabelas abaixo:

Tabela 1: N° de IES e projetos participantes do PIBID em 2014, por edital e Região

Região	IES	Projetos PIBID Edital 61/2013	Projetos PIBID Diversidade Edital 66/2013	Total de Projetos
Centro-Oeste	21	21	5	26
Nordeste	56	56	10	66
Norte	27	27	5	32
Sudeste	114	114	3	117
Sul	66	66	6	72
Total	284	284	29	313

Fonte: CAPES disponível em <http://www.capes.gov.br/educacao-basica/capespibid/relatorios-e-dados>

Tabela 2. N° total de bolsas aprovadas para os projetos PIBID em 2014 por nível de participação

Tipo de Bolsa	PIBID Edital n° 61/2013	PIBID Diversidade Edital n° 66/2013	Total
Iniciação à Docência	70.192	2.653	72.845
Supervisão	11.354	363	11.717
Coordenação de Área	4.790	134	4.924
Coordenação de Área de Gestão	440	15	455
Coordenação Institucional	284	29	319
Total	87.060	3.194	90.254

Fonte: CAPES disponível em <http://www.capes.gov.br/educacao-basica/capespibid/relatorios-e-dados>

Nota: dados atualizados em 21/07/2014.

Embora não tenhamos a pretensão de aprofundar nas análises dos impactos gerados por esse contingente numérico atuando diretamente no Programa, esses números dão a dimensão das possibilidades de impactos do PIBID no processo de formação dos/as estudantes dos cursos de licenciaturas, bem como nas escolas da educação básica que



acolhem esses/as bolsistas. O propósito desta aproximação entre as instituições formadoras e as escolas, como campo de trabalho consiste na criação de condições para um processo de formação que colabore com o desenvolvimento profissional dos docentes que contribuam com uma educação de qualidade voltada às crianças e jovens que frequentam a escola na tentativa de objetivamente superar distanciamentos e lacunas entre os espaços formativos e de prática profissional recuperando o sentido da educação escolar.

Os objetivos do PIBID¹⁶ estão relacionados ao incentivo à formação de docentes com pagamento de bolsas, inserindo-os no cotidiano da escola pública desde o início de sua graduação, a valorização do magistério, a elevação da qualidade da formação inicial possibilitando oportunidades de criar, propor e vivenciar experiências no processo ensino-aprendizagem articulando metodologia e tecnologia em práticas pedagógicas de caráter inovador e interdisciplinar numa perspectiva de promoção de integração entre a educação superior e educação básica (re)significando a qualidade da própria Universidade.

Contudo, dentre os principais objetivos propostos pelo Programa, destacamos as considerações do relatório da Diretoria de Formação de Professores da Educação Básica – DEB/CAPES (2013, p. 13):

O incentivo à busca pela excelência na formação de professores em todo o país insere-se no compromisso da Capes de reduzir as assimetrias regionais e de zelar pela equidade como uma medida de igualdade de oportunidades e democracia plena. Dessa forma, os programas induzem uma formação que garanta o direito de aprender dos professores, com base em projetos pedagógicos que contemplem os seguintes princípios comuns: a) conexão entre teoria e prática; b) integração entre as escolas e as instituições formadoras; c) equilíbrio entre conhecimento, competências, atitudes e a ética que realça a responsabilidade social da profissão e d) articulação entre ensino pesquisa e extensão.

Estes dados específicos do PIBID em seu desenvolvimento histórico permeado na correlação de forças para as suas alterações no sentido de aprimorar o programa com elementos concretos de qualidade na e para a formação de professores nos encaminham para tecer as considerações entremeadas com apontamentos de autores que se debruçam ou debruçaram aos estudos acerca da formação de professores.

¹⁶ Conforme o documento “PIBID – Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência” disponível em <http://www.capes.gov.br/educacao-basica/capespibid> acessado em 10/09/2016.



CONSIDERAÇÕES

Os elementos apontados até este momento acerca do PIBID permitem apontar uma possibilidade de ampliar e qualificar o debate sobre formação de professores, a partir de ações que oportunizem a vivência de licenciandos/as no espaço escolar no intuito de compreender o cotidiano e a dinamicidade do fazer pedagógico e, assim, melhor articular a teoria com a prática, ou seja, construir-se na práxis, considerando as situações educativas concretas.

A Universidade, por outro lado, problematiza tais situações buscando potencializar o processo de formação e, a escola envolvida tem a possibilidade de movimentar-se em ritmos alternados, pois há uma desconforto nas práticas pedagógicas através do ritmo mais dinâmico no cotidiano escolar, constituindo-se em espaço para criação de materiais didático-pedagógicos e socialização de experiências formativas.

Freire e Shor (2011) apontam a necessidade da criatividade como um elemento para o desenvolvimento de uma educação emancipadora e politicamente engajada.

Arroyo (2008, p. 126) faz uma provocação que nos leva a pensar as práticas pedagógicas no PIBID numa estética do magistério que seria um “saber-fazer carregado de dimensões artísticas, poéticas,” que nos permitiria “pensar a docência com novas luminosidades”. Esta estética da docência não só pode perceber o conhecimento em outra lógica, mas principalmente construir e refletir uma postura mais sensível diante da vida, responsável, inclusive, por uma mudança de atitudes.

Segundo Arruda e Bueno (2014, p. 55) “independentemente de ser um espaço adequado para a formação inicial, o PIBID também tem demonstrado sua potencialidade como *locus* de pesquisa sobre o ensino e a aprendizagem e a formação de professores em todas as áreas”.

Assim, das condições objetivas acerca da formação de professores é necessário lembrar o que expressou Taffarel (2010, p. 20) que

para conhecer a sociedade, portanto, conhecer o seu grau de desenvolvimento, sua cultura, é necessário recuperar esses elementos ontológicos do ser social. Para compreender as leis gerais que regem as sociedades e compreender como elas determinam a consciência é necessário tratar do elemento fundante da sociedade, e este é, portanto, o trabalho.



É necessário conhecer a materialidade das condições em que o sujeito geohistórico se localiza, como apreende o conhecimento e como manifesta o trabalho, pois,

Enquanto objetivação da atividade humana, o conhecimento é uma produção coletiva, inserida criativamente na história dos povos que, em diferentes épocas e em diferentes configurações sócio-econômicas, políticas e culturais, responderam de maneira específica aos desafios colocados para a formação humana (Taffarel, 2010, p.26).

E é nesta perspectiva que apontamos o PIBID como uma das possibilidades entre as políticas públicas que dão qualidade tanto à formação de professores, dado o conjunto de sujeitos envolvidos, quanto à educação, pois foca-se com/no trato com o trabalho pedagógico com qualidade de tempo e instrumentos como é necessário dispende. Contudo, por ser esta uma das expressões de possibilidades de educação de qualidade para o povo brasileiro, é colocada como alvo para o desmonte de uma política pública que tem acertado, dentro das limitações existentes na conjuntura da formação no ensino superior, portanto, tem-se neste viés uma das explicações para os cortes e ataques, sejam eles de ordem dos recursos financeiros quanto da proposta de retirada de áreas do conhecimento do campo de atuação do Programa.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMBROSETTI, N. B.; NASCIMENTO, M. G. C. A.; ALMEIDA, P.A.; CALIL, A.M. G. C.; PASSOS, L. F. (2013). Contribuições do PIBID para a formação inicial de professores: o olhar dos estudantes. *In: Educação em Perspectiva*, Viçosa, v. 4, n. 1, p. 151-174, jan./jun. 2013. Disponível em: <http://www.seer.ufv.br/seer/educacaoemperspectiva/index.php/ppgeufv/article/viewFile/405/106>

Acesso em: 10/09/2016

ARROYO, M. G. (2008). Uma celebração da colheita. *In: TEIXEIRA, J. A. C.; LOPES, J. S. M. A escola vai ao cinema*. Belo Horizonte: Autêntica.

ARRUDA, S. M. e BUENO, E. A. S. (2014). O PIBID/Uel e suas contribuições para a formação de professores de Londrina. *In: RIBEIRO, D. M. R.; CASTELA, G. S.; DELLA JUSTINA, L. (Org.) Formação de Professores no PR: o PIBID em foco*. Porto Alegre: Evangraf. Disponível em: http://www5.unioeste.br/portal/arquivos/pibid/Livros_PIBID/FormacaodeprofessoresnoParana_oPIBIDemfo%20DulcyeneMariaRibeiroetal.pdf Acesso em: 10/09/2016



BRASIL, (2009). Decreto nº 6.755/2009. Disponível em:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d6755.htm

BRASIL, (2010). Decreto Nº 7.219 de 24 de junho de 2010. Disponível em:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7219.htm

BRASIL, (2016). Decreto nº 8.752. Disponível em:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2016/Decreto/D8752.htm#art19

DEB/CAPES. *Relatório de Gestão do PIBID 2009 - 2013*. Brasília: MEC, 2013. Disponível em:
<http://www.capes.gov.br/images/stories/download/bolsas/1892014-relatorio-PIBID.pdf> Acesso em:
10/09/2016

FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS. *Um estudo avaliativo do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência*. São Paulo: FCC/SEP, v. 41, 2014. Disponível em:
<http://www.capes.gov.br/images/stories/download/bolsas/24112014-pibid-arquivoAnexado.pdf>

Acesso em: 10/09/2016

FREIRE, P.; SHOR, I. (2011). *Medo e Ousadia: o cotidiano do professor*. 13ª ed. SP: Paz e Terra.

GATTI, B. A.; BARRETTO, E. S. S., ANDRÉ, M. E. D. A. (2011). *Políticas Docentes no Brasil- um estado da arte*. Brasília, Unesco.

NEITZEL, A.A.; FERREIRA, V. S.; COSTA, D. (2013) Os impactos do Pibid nas licenciaturas e na Educação Básica. *In: Conjectura: Filos. Educ., Caxias do Sul*, v. 18, n. especial, p. 98-121. Disponível em: http://www.ucs.br/etc/revistas/index.php/conjectura/article/viewFile/2062/pdf_191 Acesso em: 10/09/2016

RIBEIRO, D. M. R.; CASTELA, G. S.; DELLA JUSTINA, L. (Org.) (2014). *Formação de Professores no Paraná: o PIBID em foco*. Porto Alegre: Evangraf. Disponível em:
http://www5.unioeste.br/portal/arquivos/pibid/Livros_PIBID/FormacaodeprofessoresnoParana_oPIBIDemfo%20co_%20DulcyeneMariaRibeiroetal.pdf Acesso em: 10/09/2016

SOCZEK, D. (2011). PIBID como formação de professores: reflexões e considerações preliminares. *In. Revista Brasileira de Pesquisa sobre Formação de Professores*. V. 03; nº 05; ago-dez. Disponível em: <http://formacaodocente.autenticaeditora.com.br/artigo/exibir/10/39/1>. Acesso em: 10/09/2016

TAFFAREL, C.N.Z. (2010). Do trabalho em geral ao trabalho pedagógico: contribuição ao debate sobre o trabalho pedagógico na Educação Física. *In. Motrivivência* Ano XXII, nº 35, p.18-40 Dez.